

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 30/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 15/2018

IMPUGNANTE: ELDER INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA

I – RELATÓRIO:

Foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica pedido de Impugnação de Edital, especificamente ao Processo Licitatório n.º 30/2018, Pregão Presencial n.º 15/2018.

Alega o impugnante, que houve direcionamento para uma marca específica restringindo a participação de mais empresas no certame. Apontou os seguintes direcionamentos:

1 - Que no edital anexo I "ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO", consta a descrição do objeto com descrição de modelo/marca e número de registro na ANVISA;

2 - Que no Edital constou que o refrigerador deve ter compressor que opere em AC, sendo que existe no mercado compressores AC e DC, que se for mantido somente compressor AC restringe a participação de demais fabricantes e se for acrescentado o DC não irá haver qualquer modificação na formula ou alteração nas conservadoras, pois o rendimento ou funcionamento do equipamento continua o mesmo indiferente do compressor utilizado na conservadora.

3 - Que somente o fabricante Indel possui equipamento com a descrição de sistema de discagem por telefone automática com capacidade de 09 memórias para números telefônicos.

Ao final, requereu o recebimento da impugnação com a suspensão da sessão de recebimento e abertura dos envelopes até que haja manifestação acerca da impugnação. Após, que sejam realizadas as alterações no Edital apontadas pelo impugnante.

Pois bem. Passo a análise jurídica.

DO MÉRITO:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de

conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Frise-se que esses deveres-poderes também estão legalmente previstos no art. 49 da Lei nº 8.666/93:

A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Vale destacar, ainda, que, a rigor, tanto para a revogação como para a invalidação, é necessário instaurar processo administrativo em que se assegure aos atingidos pela decisão a oportunidade de se manifestar a respeito. Não é por outra razão que o art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/93 prevê que, em caso de “desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa”.

No caso em tela, verifica-se que não houve prejuízo aos participantes já que o procedimento sequer chegou a ser apregoado e oportunizado os lances.

Desta forma., imperioso que seja cancelado o processo licitatório em comento, em razão das seguintes irregularidades que acabaram por viciá-lo:

1 - Alega o impugnante que no anexo I do edital "ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO", consta a descrição do objeto com modelo/marca e número de registro na ANVISA, sendo que a única fabricante que atende aos requisitos é a INDREL.

Com razão o impugnante.

Ao realizar consulta no site da ANVISA, verifica-se que o modelo RC430D, com registro nº 10253020013 constante no Anexo I, é do fabricante INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA - BRASIL.

Assim, deverá ser cancelado o certame para que em novo pregão seja retirado o modelo, bem como o número do registro supra mencionado, devendo tão somente constar as especificações do refrigerador sem que se faça menção ao modelo e com exigência de

que tenha registro na ANVISA (sem constar número específico de registro), podendo ser utilizadas as especificações básicas do Manual da Rede de Frio do Ministério da Saúde.

Quanto aos demais fundamentos colacionados na impugnação, o impugnante não fez prova da limitação da competitividade por exclusividade de um único fabricante que ofereça produto com aquela especificação, pelo que não merece provimento, devendo apenas ser adotada cautela para que em novo certame não se restrinja a concorrência com a exigência de especificações limitativas.

CONCLUSÃO:

Desta forma, o presente parecer é no sentido de dar provimento à impugnação de edital, conforme fundamentação exposta.

É o parecer.

São José das Palmeiras, 11 de junho de 2018.

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR 51.127
Advogado do Município